



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO EM ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

MARIA DO SOCORRO ALEXANDRINO

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA INSERÇÃO NA AGENDA POLÍTICA
EDUCACIONAL

ITAPORANGA – PB

2014

MARIA DO SOCORRO ALEXANDRINO

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA INSERÇÃO NA AGENDA POLÍTICA
EDUCACIONAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com escola de serviço público do Estado da Paraíba em cumprimento a exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Irenaldo Pereira de Araújo.

ITAPORANGA – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A381e Alexandrino, Maria do Socorro
Especialista em Educação [manuscrito] : a educação do campo e inserção na agenda política educacional / Maria do Socorro Alexandrino. - 2014.

30 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Esp. Irenaldo Pereira Araújo, Departamento de Pós-Graduação Latu Sensu Fundamentos da Educação Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba. 1. Política Educacional. 2. Diretrizes Educacionais. 3. Educação do Campo. I. Título.

21. ed. CDD 372.21

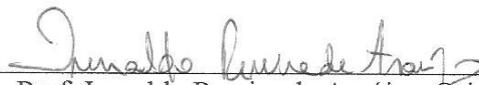
MARIA DO SOCORRO ALEXANDRINO

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA INSERÇÃO NA AGENDA
POLÍTICA EDUCACIONAL**

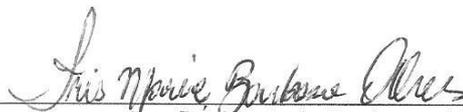
Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 30/agosto/2014

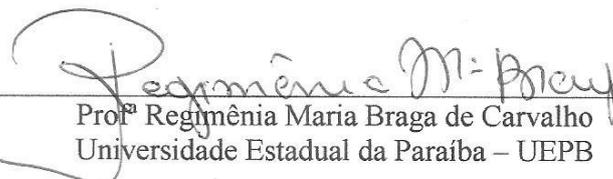
BANCA EXAMINADORA



Prof. Irenaldo Pereira de Araújo - Orientador
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB



Profª Iris Maria Barbosa Alves
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB



Profª Regimênia Maria Braga de Carvalho
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

AGRADECIMENTOS

A Deus, o que seria de mim sem a fé que eu tenho nele.

Aos meus pais, Manoel Alexandrino da Silva e Maria Caiana Fontes (in memoriam), irmãos, minha filha e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao orientador Irenaldo Pereira de Araújo pela condução do presente trabalho.

A coordenadora Carol Cavalcanti, responsáveis pela realização deste trabalho.

Aos professores do Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares.

Aos meus amigos e colegas da Turma 03 Elizabeth Marinheiro (EAD) Educação a Distância pelos momentos on-line, pela constante troca de experiências.

Aos colegas da Turma presencial pelos momentos de amizade e apoio.

Ensinar não é transferir conhecimento,
mas criar as possibilidades para a sua
própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire.

RESUMO

Nosso trabalho monográfico está fundamentado no Projeto de Desenvolvimento Rural que efetiva a transformação da Educação do/no Campo, a partir de novas relações econômicas, sociais, políticas pautada na justiça social, na equidade e na distribuição de riquezas, poder e saber. Uma das conquistas é as diretrizes operacionais para a educação básica do campo – CNE/CEB/Resolução nº. 1, 03/04/2002 a luz das transformações necessárias para as escolas do campo presente na realidade brasileira, seus impactos e suas potencialidades frente a construção de uma sociedade mais humana, justa e democrática. No nosso entender a necessidade de um novo trabalho que as pessoas que vivem no e do campo sejam respeitadas enquanto sujeitos históricos.

Palavras-chave: Política Educacional, Diretrizes Educacionais, Educação do Campo.

ABSTRACT

Our monograph is based on the Rural Development Project that effective transformation of Countryside Education from new economic, social, political relations guided social justice, equity and the distribution of wealth, power and knowledge. One of the achievements is the operational guidelines for the basic education in rural areas - CNE / CEB / Resolution no. 1, 03/04/2002 the light of the changes needed for schools of this field in the Brazilian reality, its impacts and its potential front building of a more humane, just and democratic society. In our view, the need for a new work that people who live in the field and are respected as historical subjects.

Keywords: Educational Policy. Educational Guidelines. Field Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CAMPO E DESENVOLVIMENTO: sua relação com a escola	12
2 EDUCAÇÃO RURAL A EDUCAÇÃO DO CAMPO	16
3 EDUCAÇÃO DO CAMPO	20
3.1 Avanços, Impasses e Perspectivas.....	25
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
5 REFERÊNCIAS	30

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho objetiva uma abordagem qualitativa descritiva tendo como tema: **A Educação do Campo E Sua Inserção Na Agenda Política Educacional**, buscando compreender os fundamentos teóricos-metodológicos que orientam e fundamentam a educação enquanto uma prática social que cria e transmite determinados tipos como: saberes, crenças, valores que circulam numa sociedade, analisar o processo de ensino-aprendizagem na escola do campo relatando as dificuldades existentes nas escolas do campo, relacionando as práticas educativas das Escolas do Campo.

Assim desde os anos de 1990 que a sociedade organizada e os Movimentos Sociais do Campo vêm se mobilizando na luta pela garantia do direito à educação, reivindicando políticas que contemplem a Educação do Campo, para enfrentar os problemas constatados pelos indicadores de desigualdade que incidem sobre as populações do campo.

O lançamento do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária, em 1998, demonstra o fortalecimento da educação do campo na política educacional; demonstra a força dos movimentos sociais, conquistada pelo acúmulo de experiências e conhecimentos na área.

O marco da inserção da educação do campo na agenda política e na política educacional pode ser indicado a partir da LDB 9.394/96 ao afirmar, em seu artigo 28, a possibilidade de adequação curricular e metodologias apropriadas ao meio rural; flexibilizar a organização escolar, com adequação do calendário escolar.

Foram registrados avanços nas definições políticas da Educação do Campo, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas Campo, (CNE/CEB 1/2002); Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. (CNE/CEB 2/2008) e o Decreto 7.352/2010 que dispõe sobre a política de Educação do Campo e sobre o PONERA. Também destaca a instituição de vários programas entre eles o PRONERA, Projovem Campo saberes da Terra, todos executados na Paraíba e mais recentemente o PRONACAMPO.

A educação do Campo representa uma conquista dos Movimentos e Organizações Sociais do Campo na trajetória de luta pela inclusão de milhares de Camponeses e de camponesas excluídos do Direito à Cidadania.

A Educação do Campo tem conquistado lugar na agenda política nas instâncias municipal, estadual e federal nos últimos anos. Fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação. Em contraponto à concepção de educação do campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável.

Os movimentos sociais, expressivamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), demandam do Estado iniciativas no âmbito da oferta de educação pública e da formação de profissionais para trabalhar nas escolas localizadas no campo. Nos dias atuais, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação têm organizado eventos de formação continuada de professores e seminários objetivando a discussão/construção de políticas públicas da educação do campo.

1 CAMPO E DESENVOLVIMENTO: sua relação com a escola

O modelo de desenvolvimento implementado no campo brasileiro foi tão excludente que marca até hoje o modelo de educação adotado no Brasil. A escola brasileira, de 1500 até o início do século XX, serviu e serve para atender as elites, sendo inacessível para grande parte da população rural. Para as elites do Brasil agrário, as mulheres, indígenas, negros e trabalhadores rurais não precisavam aprender a ler e escrever, visto que nessa concepção para desenvolver o trabalho agrícola não precisava de letramento.

No que se refere ao termo desenvolvimento, este só foi introduzido na literatura brasileira e internacional a partir dos anos 1940. Esse conceito foi originado da linguagem biológica, para explicar o processo de transformações por que passa todo ser vivo nas diferentes fases da vida. O seu uso nas ciências da sociedade traz inicialmente a suposição de que as sociedades são como os organismos, que passam por fases naturais, sendo diferenciadas internamente de acordo com as funções que cada um desenvolve - anulando assim a contradição e a força das relações sociais como trançadoras dos caminhos que são percorridos.

Entretanto, ao longo de nossa história foi se apresentando com diferentes conceituações. O processo de industrialização modifica profundamente a estrutura econômico-social dos países envolvidos nessa "nova" atividade. As consequências para essas localidades são tão evidentes que em muito pouco tempo a industrialização configura-se como sinônimo de desenvolvimento.

O progresso técnico difundiu-se, rapidamente, modificando os estilos de vida e de consumo e o projeto de melhoria da qualidade de vida da população centrado apenas na modernização da economia começou a se estruturar e se fortalecer. Ganhou força o modelo de desenvolvimento alicerçado na ideia da industrialização dos países. Mas essa forma de pensar não demorou muito a se mostrar profundamente desigual, determinando ritmos de progresso diferenciados, conforme o país e a região em que estivesse localizado.

O que temos, então, a partir da década de 1950, é a gestão de um discurso urbanizador, que enfatiza a fusão entre os dois espaços, urbano e rural, por acreditar que o desenvolvimento industrial, em curso no Brasil, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural, ou seja, "o campo e uma divisão sociocultural a ser superada, e não mantida" (MOREIRA apud Abraão, 1989).

Essa fusão do campo e da cidade garantiria o desenvolvimento comunitário e se daria a partir da difusão das técnicas, valores e hábitos de origem urbana que resultaria na perda dessa distinção entre campo e cidade, sendo diluída num contínuo onde a lógica urbana seria a hegemônica (CARNEIRO, 1999).

Naquela época era difundido o conceito de que a fome no mundo era o resultado da baixa produtividade de alimentos do setor agrícola, era necessário para que a produtividade fosse alta, que os processos de irrigação, controle de pragas, manejo do solo, entre outros sofresse alterações profundas, Assim o uso de máquinas pesadas, defensivos agrícolas e outros produtos agroquímicos passaram a ser sinal de modernização agrícola e conseqüentemente de desenvolvimento.

Nesse sentido, a agricultura busca modernizar-se intensificando sua produção e produtividade estreitando sua relação com a indústria, seja comprando e vendendo produtos, seja ela mesma sofrendo um processo de industrialização, através da introdução de máquinas pesadas, produtos agroquímicos e um novo comportamento do agricultor - mais individualista e competitivo no mercado.

Sociedade moderna e sociedade desenvolvida passam a ser sinônimos e a dita sociedade moderna é reconhecida pela sua produção industrial. Desse modo, quase todos os países do mundo buscam industrialização como a única alternativa para alcançar o desenvolvimento. A receita para a agricultura foi a mesma: seguir o modelo externo e se integral ao desenvolvimento econômico geral, passando a desempenhar um papel secundário no cenário do País em relação ao desenvolvimento das indústrias e da cidade.

A agricultura passa cada vez mais a ser inserida nesse processo de modernização conservadora conhecido como desenvolvimento rural ou Revolução Verde. A agricultura para servir a esse modelo passa a ser agrupada da seguinte forma:

1. A agricultura como fornecedora de matéria-prima para a indústria. São vários os exemplos desse processo: os grãos, os animais e seus produtos (suínos, frangos, bovinos, leite, ovos, carnes), os frutos, as fibras, as arvores, etc.;
2. Agricultura fornecedora de mão de obra barata. Foi o caso do trabalho assalariado, para as grandes fazendas e para os diversos ramos industriais;
3. A agricultura consumidora dos produtos industriais. Aparecem aqui os insumos (adubos, corretivos, sementes, agrotóxicos, máquinas e equipamentos) produzidos pelas indústrias voltadas para atender às necessidades da

modernização agrícola.

A partir da década de 1970, análises dos resultados obtidos tornam-se públicas, e visível a falácia desse modelo de desenvolvimento, obrigando a se levar em consideração outras dimensões da vida e a inserir, no processo, os autores sociais protagonizando essa história. As disparidades regionais, a pobreza crescente, a negação de liberdades individuais ficando cada vez mais contundentes e claras.

É possível afirmar que organismos nacionais - normalmente não governamentais - organismos internacionais, segmentos representativos de interesses da sociedade civil se arvoram em um processo de denúncias e buscas de alternativas a forma de condução do desenvolvimento centrado no crescimento econômico. A economia, a ecologia e o próprio processo de desenvolvimento se tornam problemas de responsabilidade de todas as nações.

Esse modelo gerou um descompasso em relação aos ritmos da natureza, notadamente os de regeneração das espécies devido à intensificação dos ritmos da produção industrial. Em outras palavras, o ritmo de desenvolvimento, agora entendido como exploração voraz dos recursos existentes na natureza, e extremamente veloz para atender a todas as demandas estabelecidas pelo processo industrial. Ao contrário, o tempo necessário para recomposição do meio destruído por tal processo é extremamente lento, quando não impossível. É esse "descompasso de tempos" que inaugura o que se denomina de crise ambiental.

Percebe-se que a crise ambiental apresenta uma dimensão muito maior do que a simples constatação de problemas de poluição, pontualmente localizados. Dimensiona-se a escala global dessa crise, não só por causa da escassez de um recurso que compromete a base produtiva de quase todas as nações do planeta, mas principalmente por que os problemas ambientais também começam a transcender a escala pontual do local - chuva ácida, aquecimento atmosférico, assoreamento de cursos d'água, buraco na camada de ozônio, descongelamento de calotas polares, entre outros problemas ambientais.

A escola passa a ser vista como fator de mudança social e como fator de desenvolvimento, no entanto, sua expansão é mantida em atraso em relação ao desenvolvimento, e só ocorre mediante a pressão da demanda social e efetiva na cidade e no campo, mantendo-se assim em atraso ao modelo de desenvolvimento em curso, onde o Estado assumia uma posição passiva buscando soluções de

emergência diante das crises provocadas pela pressão social dos movimentos sociais, especialmente dos educadores.

2 EDUCAÇÃO RURAL A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A visão de educação rural surge condicionada pelas matrizes culturais escravistas, latifundiárias e controlada pelo poder político e econômico das oligarquias. Mesmo encontrando-se iniciativas de educação rural ainda no século XIX, e a partir dos anos 30 do século XX que começa a delinear-se um modelo de educação rural relacionado a uma concepção positivista, mercadológica, a projetos de "modernização do campo", patrocinados por organismos de "cooperação" norte-americana e difundidos através do sistema de assistência técnica e extensão rural, que instrui o indivíduo para desenvolver atividades no mundo do trabalho. (CALAZANS, 1993).

O modelo brasileiro de educação rural apresenta uma série de elementos os quais aparecem na Legislação, nas instituições pedagógicas, no currículo e mesmo nas "recomendações" dos organismos internacionais, que possibilitam traçar um esboço da educação rural brasileira a partir dos anos 1930. Pinçaremos alguns desses elementos com os quais e possível desocultar, embutido nas propostas para a educação rural, o movimento do capital de desestruturação da produção camponesa, tanto para a formação de um mercado de força de trabalho quanto para a constituição de condições para a modernização da produção agrícola. O emprego de máquinas, de tecnologias e insumos, próprios desta modalidade de produção, demandara o aumento das lavouras e, conseqüentemente, das propriedades rurais, fortalecendo o latifúndio que nasce com a colonização.

A partir de 1940, a Educação brasileira incorporou a matriz curricular urbanizada e industrializada, o que gera uma mudança radical no modo pelo qual os vários países buscam sustentação econômica. Sob essa lógica implantou-se, de forma definitiva, um modelo de escola na área rural e urbana do nosso país fundamentada numa concepção que, segundo Whitaker e Antuniassi (1992), tem três características fundamentais:

- E urbanocêntrica, unicamente voltada aos conteúdos formados e informados no processo de urbanização e industrialização; o ponto de partida e de chegada do conhecimento e a cidade, apresentada como superior e moderna. O mundo rural precisa ser abandonado por quem quer vencer na vida, uma vez que nele não há chance de se progredir;
- E sociocêntrica, voltada aos interesses de certas classes sociais, não

considerando a diversidade dos sujeitos sociais existentes no campo e na cidade, a sua cultura, as suas diversas formas de organizar o trabalho e a vida;

- E etnocêntrica, privilegiadora dos conhecimentos relativos ao mundo ocidental industrializado, de uma forma de pensar e de um estilo de vida baseado na homogeneidade, onde os valores e a cultura camponesa são considerados como atrasado, conservadores, criando, assim, estereótipos com relação à população do campo e ao seu modo de viver e de pensar.

Com essas características a escola foi institucionalizada no campo não considerando os seguintes aspectos: a população a quem se destinavam, os saberes ali construídos, o contexto onde estava situadas, as relações sociais, produtivas e culturais e a necessidade de formação social desse povo.

A escola passa a ser vista como fator de mudança social, e como fator de desenvolvimento, no entanto, sua expansão é mantida em atraso em relação ao desenvolvimento, e só ocorre mediante a pressão da demanda social e efetiva na cidade e no campo, mantendo-se assim em atraso ao modelo de desenvolvimento em curso, onde o Estado assumia uma posição passiva buscando soluções de emergência diante das crises provocadas pela pressão social - principalmente dos educadores pela escola pública, gratuita e leiga.

As políticas públicas para a escolarização das populações rurais mostram seu fraco desempenho ou o desinteresse do Estado com respeito à educação rural, quando analisamos o analfabetismo no Brasil, e constatamos que a taxa de analfabetismo no campo continua três vezes mais elevada do que as taxas urbanas. Enquanto o índice de analfabetismo urbano era de 7,5% em 2010, no campo, era ainda de 23,3% (IBGE, 2010).

O golpe militar de 1964 acentuou esta concepção urbanocêntrica, tecnicista e produtivista da Educação, com o fechamento dos canais de participação e representação impõe limites e controle aos segmentos populares aos bens educacionais e sociais. Educadores comprometidos e lideranças são perseguidos e exilados, as universidades sofrem intervenções e os movimentos populares e sindicais são desarticulados, contudo o analfabetismo continuava a desafiar as elites dominantes que achavam que o Brasil tinha que se tornar uma potência no cenário internacional, para tanto organizaram durante esse período várias campanhas de

alfabetização com o intuito de colocar o País no rumo do desenvolvimento — urbanizada, industrializada, globalizada econômica e culturalmente.

As diversas conferências, os encontros internacionais e as experiências alternativas espalhadas em diversas regiões do mundo começam a esboçar um novo modelo visto, desta feita, como desenvolvimento humano e social, tendo como preocupação, também, a sustentabilidade do processo. Ele se difunde como uma proposta diferenciada preocupada, então, com o capital humano, social, ambiental, institucional e também financeiro dos locais ou territórios - fatores reforçados nas Declarações da Carta de Copenhague (2000) - e torna-se, ao mesmo tempo, "uma alternativa viável de organização da sociedade" possível através de estratégias de desenvolvimento territorial.

Essa transição para um novo paradigma não só demanda novas concepções e formas de compreender um processo de desenvolvimento diferente - menos preocupado com o capital financeiro - mas também demanda novas formas de conceber e organizar a economia, de inserir e integrar a sociedade em torno desse processo.

A revolução tecnológica e organizacional deve provocar, neste novo modelo de desenvolvimento, fortes mudanças na compreensão dos padrões de competitividade entre nações e regiões, na relação entre economia e natureza e na relação entre sujeitos e processo de desenvolvimento, requerendo desses uma ação proativa de identidade, compromisso, protagonismo, sobretudo, apropriação equitativa de seus resultados e poderes.

No terreno organizacional este novo modelo redefine as relações de trabalho com a flexibilização, a terceirização, o trabalho autônomo e a construção de novas institucionalidades e formas de organização da sociedade que agora requer sua inserção no processo de gestão social de políticas públicas para o desenvolvimento e a inclusão social, favorecendo a possibilidade de reconhecimento de micro poderes e estabelecendo instâncias de gestão compartilhada. E o investimento nas capacidades individuais que dependem entre outras coisas, de disposições econômicas, políticas e culturais.

A educação passa a ser vista, cada vez mais, como um direito fundamental e uma responsabilidade social que os governantes de todos os países devem assumir junto a sua população, pois a escola básica pública e gratuita continua sendo o espaço privilegiado para a aquisição de competências e habilidades fundamentais

ao exercício da cidadania. Assim, o direito de cidadania não pode estar desvinculado das questões educativas, como acesso aos bens culturais adequados a construção da dignidade humana. Esse foi o entendimento dos diferentes movimentos sociais, inclusive, de grupos sociais considerados minorias (negros, indígenas, mulheres, gays, etc.), que se organizaram e ampliaram suas lutas em defesa de seus direitos.

A luta pela ampliação do direito a educação, a universalização da educação básica, não apenas democratiza o acesso ao ensino, mais gera um dever do Estado, em assegurar a permanência e a continuidade com sucesso, e principalmente, tira da invisibilidade sujeitos sociais que entram para o espaço escolar, e geram a necessidade de se repensar as práticas e os saberes que ali circulam.

A diversidade dos sujeitos e das práticas impõem mudanças no jeito de pensar e organizar a escola, a viverem práticas sociais livres de discriminação, a descolonizar o currículo, a destruição da subalternidade, se efetivando como um discurso e uma prática contra hegemônica ao projeto de sociedade capitalista e de escola homogeneizadora e colonizadora.

Nesse contexto a sociedade Civil Organizada no Campo (movimentos sociais, pastorais, sindicatos e outros), com apoio de organismos como a CNBB, a UNESCO e várias universidades em reação ao projeto hegemônico de desenvolvimento, em curso, anunciam a educação do campo como uma das dimensões de outro projeto de campo, de desenvolvimento econômica, socialmente justo e ecologicamente sustentável. Uma relação, não a educação escolar isoladamente, mas uma reação a lógica de desenvolvimento do projeto vigente.

Portanto, nessa direção, a educação, nesse novo projeto, e negação a extensão do projeto urbano no campo, com todas as suas contradições, enviado para o campo, construído sob a lógica das elites dominantes, ignorando as pessoas que vivem no e do-campo enquanto sujeitos históricos.

3 EDUCAÇÃO DO CAMPO

Os vínculos sociais de origem da Educação do Campo, a partir de uma política de educação da classe trabalhadora do campo centraram-se na tríade campo-política pública-educação. A discussão por um projeto de campo que tem como protagonista a classe trabalhadora do campo, a forma de produzir e reproduzir a vida, por isto,

Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político... (KOLLING, NERY e MOLINA, 1999, p. 26).

A proposição de um projeto de desenvolvimento alterativo e alternativo ao hegemônico vêm aliados a uma nova estrutura pedagógica e organizativa da Escola que se preocupe com a formação do sujeito cidadão, que contribua com conhecimento para o destino da humanidade onde se educa partindo da realidade numa perspectiva de uma formação unilateral do ser humano,

[...] a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (MANACORDA, 2007, p. 89).

Neste sentido, é uma construção ainda em processo por se tratar de um novo paradigma que está sendo construído enquanto o velho paradigma da educação rural vai sendo desconstruído. Não se trata de negar tudo que até agora foi construído, mas de tornar pertinente, o conhecimento construído na escola de forma a quebrar o histórico alheio desta em relação à realidade do campo e as questões relativas a vida no campo, contemplando todas as dimensões possíveis - sociais, políticas, culturais, econômicas ambientais e éticas. Assim a educação do campo é uma dimensão importante de um novo projeto de campo.

O termo "Educação do Campo" que estamos tratando nesse texto tem um sentido amplo e complexo, portanto, não deve ser entendido apenas como sinônimo de ensino. Este conceito fundamenta-se na prática educativa que temos desenvolvido nos movimentos sociais, nas diferentes organizações que atuam com educação, e na LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, que determina em seu art. 1º;

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Ou seja, a LDB afirma que os indivíduos podem ser educados e se tornar cidadãos e cidadãs na vida em família, no trabalho, na escola, nas organizações sociais, por meio de sua cultura, etc. Reconhece, assim, que a escola e os espaços extraescolares são um chão de aprendizagem para o exercício da cidadania.

A educação do campo pode ocorrer por meio de diferentes iniciativas, ou seja, pela:

- Educação Escolar – são aquelas iniciativas dirigidas à escolarização da população nos diferentes níveis de ensino Básico (infantil, fundamental, médio, profissional) e Superior, organizadas pelo sistema de ensino público ou comunitário;
- Educação não escolar – são aquelas iniciativas dirigidas para organização comunitária, produtiva, sindical, política, cultural, religiosa, geralmente organizadas pelos movimentos sociais, sindicatos, ONG's, pastorais e outras entidades da sociedade civil.

Assim, a Educação do Campo é maior que a escola, pois está presente no movimento e na organização do povo. Essa grande escola se encontra em todos os lugares, onde as pessoas, coletivamente, vão formatando alternativas de vida conforme as especificidades e potencialidade de cada lugar e cada grupo e, nesse processo vão construindo proposições de políticas públicas que contemplem essas especificidades.

Dessa forma, embora a escolarização seja importante, ela é apenas um dos tempos e espaços da formação humana e a educação do campo deve dialogar com

essa educação que se dá fora da escola e isso faz a diferença, quando comparada com a educação que, historicamente, foi enviada às comunidades camponesas, entendida no projeto dominante como educação rural.

No entanto, o resgate da importância da escolarização como processo formativo do ser humano tem se constituído um movimento de luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, como nunca ocorreu na história desse País, inclusive o campo brasileiro tem despontado como um celeiro de experiências educativas inovadoras envolvendo os Movimentos Sociais, ONG's, Pastorais, Poder Público Municipal e Estadual e Escolas de Formação Sindical que estão redesenhando o papel que a escola pode desempenhar no processo de incursão das pessoas, como uma ferramenta estratégica na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável.

A Educação do Campo é, portanto, uma proposta na qual os sujeitos do campo sejam protagonistas, enquanto autores e autoras da educação que lhes convém. Uma educação como emancipação humana, ou seja, nessa perspectiva de educação como emancipação humana, compreende que os sujeitos possuem história, participam de lutas sociais, sonham, tem nomes e rostos, gêneros, raças e etnias diferenciadas, e que ao lutar pelo direito à terra, à floresta, à água, à soberania alimentar, aos conhecimentos potencializadores de novas matrizes tecnológicas com princípios agroecológicos e estratégias solidárias, vão recriando suas pertencas, reconstruindo sua identidade na relação com a natureza, com o trabalho e a cultura. (SILVA, 2009, p.74-75).

Nesse entendimento, a educação do campo, não se limita apenas ao espaço físico da escola e os educadores não são apenas professores/as, gestores/as e outros/as, na escola, mas todos aqueles que estão produzindo conhecimento seja na academia, seja no cotidiano da produção da existência, no trabalho, nas relações que aí se estabelecem nas organizações como, associações sindicais, e tantos outros espaços. Enfim, inclui os saberes e os fazeres dos povos do campo e também as subjetividades que estão na base de sua Utopia na relação entre o viável e o inédito, como nos diz Paulo Freire.

Com base nesses fundamentos, Educação do Campo e toda ação educativa desenvolvida junto aos povos do campo e com a sua efetiva participação, "incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pescadores, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas" quilombolas, todas as comunidades tradicionais, entre outros e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos,

valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida. Inclui toda a dinâmica da vida dos povos do campo, ultrapassando os limites do que se convencionou denominar educação formal ou oficial.

Por isto, a formação prática pedagógica na Educação do Campo, inclui conhecer e refletir sobre a histórica luta pela terra- de - trabalho contra a terra de negocio (MARTINS, 1991, p. 43-60), a luta pela floresta, pelas águas, pela soberania alimentar, sementeira de luta na qual nasce o Movimento pela Educação do Campo. Como lembra Reis (2011)

Ao problematizar a invisibilidade da educação do campo e dos povos que habitam e vivem nesse e desse lugar, não poderíamos cair na cilada em deixar de tocar nas questões que dizem respeito às problemáticas dos conflitos e das lutas em torno do acesso a terra, marcas do espaço rural brasileiro, que assim denominado na literatura, na maioria das vezes, vai ser compreendido como espaço ou recurso a ser explorado pela expansão do grande capital (p.23).

Dessa forma, como vimos anunciando neste texto, a Educação do Campo e muito mais do que trazer aspectos da cultura camponesa para dentro da escola, folclorizada expondo as pessoas de forma estereotipadas, fantasiadas de pobreza e ignorância, e sempre sob relações de subalternidade sem nunca evidenciar a boniteza (FREIRE) desse povo, sempre encortinada pela ideologia dominante.

A educação do campo elucida a importância desses sujeitos históricos na formação social brasileira e a sua luta, não apenas pelo seu acesso e permanência na terra com condições de produzir a vida com qualidade; mas de assegurar a terra a sua função social, garantindo a soberania e segurança alimentar e nutricional a população do campo e cidade. Pois a agricultura de base familiar camponesa e, responsável por 70% dos alimentos que chegam a mesa dos/as brasileiros/as (IBGE, 2006). Só isso já seria suficiente para justificar a importância do campo e dos povos do campo na sociedade brasileira.

Não se trata, portanto, de uma identidade circunscrita a um espaço geográfico, mas sim, vinculada aos sujeitos sociais a quem se destina - os povos do campo -, sejam os que vivem nas comunidades, acampamentos e assentamentos rurais, sejam os que vivem nas sedes dos 4.485 municípios rurais do nosso país, como preconiza o artigo 1º, § 1º, II do Decreto Presidencial nº 7.352/2010. Ou seja, o que identifica a Educação do Campo são as pessoas, os sujeitos a sua cultura,

seus projetos estejam eles onde estiverem, embora esteja em pauta, nesse movimento, a luta pela escola no campo, no lugar onde as pessoas vivem e trabalham.

A Educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: e precise compreender que por trás da indicação geografia e da frieza de dados estatísticos esta uma parte do povo brasileiro que vive nesse lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais. A perspectiva da educação do campo é exatamente, e de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da de seu destino (CALDART. 2004, p.13)

As especificidades da vida camponesa não tem, na educação urbana o dialogo, necessário para o atendimento das diferenças indenitárias desses povos. Constitui-se, portanto, num campo específico que precisa ser reconhecido e trabalhado de modo próprio.

Daí porque um dos grandes desafios da política pública de educação do campo é contemplar ao mesmo tempo a universalidade dada pelo direito e a diversidade posta pela complexa realidade do país, assegurando, dessa forma, que o reconhecimento desse espaço de vida social ocorra mediante o acolhimento das diferenças e o pertencimento se faça, do ponto de vista educacional, pela igualdade. Se assim é, poder-se-ia dizer, que a especificidade exige a capacidade de reconhecer o diferente e o outro na condição de sujeito, jamais como estranho e, dessa forma, estabelecer um modo de pertencimento das pessoas a uma comunidade e à sociedade que impeça a transformação das diferenças em desigualdades. Faz parte da humanização dessa trajetória encontrar os meios para realizar a mais ampla condição de igualdade e bem estar dos seres humanos, entendendo-se que todos são protagonistas de uma história a partir da sua inserção na luta coletiva por uma existência digna.

3.1 Avanços, Impasses e Perspectivas

a) Avanços

- **Construção do Movimento da Educação do Campo com a articulação de diferentes movimentos, organizações, instituições** – desde o primeiro Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (I ENERA, em 1997), as Conferências Nacionais em 1998 e 2004 (em LUZIANIA-GO), momentos decisivos na confirmação e consolidação dos princípios da educação do campo. Podem-se apontar, nesse caminhar, consideráveis avanços que representam conquistas históricas na luta por políticas públicas de educação do campo;
- **Inserção da Educação do Campo na agenda do Estado, na esfera federal** – a partir da mobilização de todos os movimentos sociais do campo, sindicatos rurais, organizações não governamentais, Universidades, UNESCO, CNBB;
- **Elaboração de marcos normativo** – a exemplo das Diretrizes Operacionais da Educação Básica as Escolas do Campo - Parecer nº 36/CBECNE/2001 e Resolução nº 01/CEB/CNE/2002-, e a Resolução nº 02/2008 (Diretrizes Complementares) entre outros, que foram de fundamental importância para os seguintes passos na direção de comprometer o estado com a educação do campo.

Constituição de espaços de gestão nas diferentes instâncias administrativas - no Ministério da Educação de um Grupo Permanente de Trabalho em Educação do Campo (GPT) com representação da Sociedade Civil e do poder público governamental, em 2003; transformado, em 2008, em Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC) vinculada ao Gabinete do Ministro da Educação; Criação da Coordenação Geral de Educação do Campo na Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (em 2004); Criação de Comitês Estaduais de Educação do Campo e/ou fortalecimento de Fóruns de Educação do Campo, etc.:

- **Instituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, em 1998** - até 2010 já havia beneficiado 450.000 jovens e adultos, sem contar com a população dos cursos de Graduação e Pós-Graduação. Nesse período o programa já contava com a colaboração de 65 instituições entre Instituições Públicas de Ensino Superior, entidades

comunitárias sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais (INCRA, 2010);

- **Instituição e ampliação do Programa de Apoio as Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO)** – com a instituição de 43 novos cursos, colocando em andamento o processo de regularização dos mesmos nas diversas instituições.
- **Criação do Observatório de Educação do Campo**, que congrega pesquisadores de várias universidades, a CAPES e o INEP, realização de uma Pesquisa Nacional, pelo INEP (em 2007), sobre a situação da educação do campo no Brasil, o que forneceu um retrato da realidade e subsidiou várias iniciativas ancoradas nos princípios da educação do campo;
- **Instituição de o Programa Saberes da Terra**, em 2005, transformado em Pro-jovem campo Saberes da Terra em 2008, oferecendo a jovens na faixa de 18 a 29 anos, escolarização em nível do Ensino Fundamental, integrada a qualificação profissional e social tendo agricultura familiar como eixo articulador do currículo contextualizado;
- **Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO**, lançado em 20 de março de 2012 e instituído pela Portaria nº 86 de Janeiro de 2013. Este programa reúne em quatro eixos ações voltadas a Educação do Campo conforme podemos constatar no documento orientador, divulgado em 2012 pela Coordenação de Educação do Campo/ SEDADI/MEC.

2. Desafios

- **Implementação dos marcos normativo e da política de educação do campo nos Estados e Municípios** – devido ao desconhecimento da maioria dos gestores sobre esta concepção. A rotatividade dos gestores e das equipes pedagógicas;
- **Fortalecimento das práticas educativas existentes na sociedade civil**, possibilitando a socialização, a sistematização e o apoio as atividades desenvolvidas nas diferentes organizações que atuam com Educação do Campo;
- **Fortalecimento das Licenciaturas em Educação do Campo** – com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, com a

incorporação por parte dos sistemas de ensino, dos professores por área de conhecimento, visto que estes estão estruturados para contratarem professores por disciplinas;

- **Inserção da Educação do Campo e da diversidade na pesquisa, na extensão e no ensino das IES pública** – como política permanente e sistemática numa articulação com a Educação Básica e os Movimentos Sociais do Campo;
- **Elaboração, produção e divulgação de materiais didáticos e pedagógicos da Educação do Campo e da diversidade** – dentre os quais o livro didático para as etapas da Educação Básica, acompanhada de um processo de formação continuada para os professores.
- **Políticas de formação continuada contextualizada na realidade do campo e na diversidade dos sujeitos e biomas** – como uma política sistemática e permanente e articulada com a melhoria das condições de trabalho e a valorização salarial destes profissionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central do tema em foco é analisarmos a Educação do Campo e sua Inserção na Agenda Política e Educacional e a trajetória da luta pela inclusão de camponeses sem direito a cidadania e oferta de Educação Pública e da Formação de Profissionais para trabalhar nas escolas localizadas no campo.

Neste contexto mundial em que vivemos, ampliado pela padronização sociocultural e do modo de produção, faz nos questionar a respeito da juventude: seu espaço, seu papel, seu significado. Desse modo, uma grande preocupação para nós, refere-se às formas de construção de estratégias mais adequadas para que a juventude rural desenvolva suas potencialidades, frente ao impacto de novas tecnologias, de novos costumes, de novas concepções de mundo, sem desconsiderar sua história e sua identidade.

Apesar dos avanços em vários aspectos, a exemplo de leis, métodos pedagógicos e ou materiais didáticos, ainda há muito que se construir para que se tenha uma educação de qualidade também para os cidadãos que vivem no campo.

Reconhecemos o papel fundamental da educação numa sociedade cada vez mais padronizada como a nossa, no qual, o contexto cultural é o da Globalização, é reconhecer que a educação seja intercultural e que contribua para afirmar nossos valores culturais e, a partir disso, possa dialogar e assimilar o conhecimento universal. Em outras palavras, o projeto educativo que defendemos perpassa pela proposta da Educação do Campo, que é capaz de formar integralmente o ser humano em toda a sua integridade, reconhecendo suas singularidades, acreditando que esta educação ressignifica a vida, a cultura, o trabalho e a dignidade de jovens trabalhadores (as) do campo.

Compreendemos enfim que para resgatar e construir uma identidade do homem e da mulher do campo é necessário que haja mudanças culturais e comportamentais. A educação do/no campo enquanto fundamento histórico recria o conceito de camponês, utilizando o “campo” como símbolo significativo, referindo-se assim, ao conjunto de trabalhadores que habita no campo.

5 REFERÊNCIAS

ABRAÃO, José Carlos. **O Educador a caminho da roça: notas introdutórias para uma conceituação de educação rural**. Mato Grosso do Sul, 1989.

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Vol. 2. Brasília. BF: articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção do Projeto Pedagógico da Educação do campo**. In: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de. Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Coleção por uma Educação do Campo, nº05, 2005 p.19.

CALAZANS. Maria Julieta Costa. **"Para compreender a educação do Estado no Meio Rural: traços de uma trajetória**. In: Therrien, Jacques & Damasceno Maria Nobre (Coords.). Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, p.15-40, 1993.

FENIX- Revista Pernambucana de Educação Popular e de Educação de Adultos nº 01. Recife. NUPEP, 2003.

GERMANO, José Willington, COSTA, Lúcia de Fátima V. da. **Nas sombras da repressão: a educação e educadores na visão dos “guardiões da ordem”**. Coimbra, 2000. (Paper apresentado no II Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, Coimbra/Portugal).

KOLLING, E. J.; Nery, I.; Molina, M. C. **Por uma educação básica do campo** (memória). Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução Newton Ramos de - Oliveira. Campinas, São Paulo: Alínea, 2007.

MARTINS, Jose de Sousa. **Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil**. São Paulo: Hucitec. 1991.

OFFE, Claus. **Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação** – Contribuição à determinação das funções do sistema educacional. Tradução de Vanilda Paiva.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

ROMANELLI, Otaiza. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SILVA, Maria do Socorro. **Tentativa de construir uma teoria pedagógica sistêmica para impregnar o mundo de sentido: Saber, Querer Sentir o Poder**. In: LUNAS, Alexandra da Costa; ROCHA, Eliene Novaes (Org.). **Práticas Pedagógicas e Formação de Educadores (as) do Campo**. Brasília: Dupligráfica, 2009. p. 73-105).

_____. **Os saberes do professorado rural: construídos na vida, na lida e na formação**. Dissertação de Mestrado - UFPE, Recife, 2000.